



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Des. Patriota Malta

**6ª CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0288873-3**

**COMARCA: 1ª VARA CÍVEL DE IGARASSU**

**APELANTE: ALMIR JOSÉ DOS SANTOS**

**APELADO: BANCO BV LEASING – ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO – JUSTIÇA GRATUITA DEFERIDA - APLICAÇÃO DA SÚMULA 596 DO STF – REGIME DE CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS – SPREAD BANCÁRIO NÃO SE CONFUNDE COM OS LUCROS DOS BANCOS – LIBERDADE DA TAXA DE JUROS – COMISSÃO DE PERMANÊNCIA – POSSIBILIDADE – CONSUMIDOR QUE POSSUI CIÊNCIA DA ONEROSIDADE, MAS OPTA PELA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ADESÃO – APELO PARCIALMENTE PROVIDO – UNANIMIDADE.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0288873-3, em que figuram como Apelante **ALMIR JOSÉ DOS SANTOS** e como Apelado **BANCO BV LEASING – ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A.**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, acordam da seguinte forma: ***“Por unanimidade, deu-se parcial provimento ao apelo, apenas para deferir o benefício da justiça gratuita, nos termos dos votos da Turma”.*** Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 22 de maio, de 2013.

  
**Des. José Carlos Patriota Malta**  
**Relator**



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Desembargador Patriota Malta**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0288873-3**

**APELANTE: ALMIR JOSÉ DOS SANTOS**

**ADV: MÁRCIA ÁUREA SILVA LIMA PE032420D**

**APELADO: BANCO BV LEASING – ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A**

**ADV: ELIZETE APARECIDA O. SCATIGNA PE001117A**

**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**RELATÓRIO**

**Ação:** Cuida-se de Ação Revisional de Contrato de Financiamento c/c Consignação em Pagamento.

**Sentença Recorrida:** A Decisão de fl. 88/91v, amparada nos art. 51 do CDC, bem como no art. 269, I, do CPC, julgou parcialmente procedente o pedido formulado na inicial, e, resolvendo o mérito da demanda, revisou o contrato entabulado entre as partes, determinando que, em consequência, seja recalculado o débito do autor, segundo as taxas e demais estipulações previstas no contrato de fls. 81/83, deduzindo-se, tão somente, a cobrança da multa em virtude da mora, prevista na cláusula nº 06 do ajuste, eis que inacumulável com a comissão de permanência. Considerando que a parte suplicada decaiu de parte mínima do pedido, condenou a parte autora no pagamento das custas e honorários advocatícios, estes fixados em 20% sobre o valor da causa, ex vi do art. 20, § 4º c/c art. 21, parágrafo único, ambos do CPC.

**Objeto:** Apelação com pedido de reforma da sentença hostilizada fls. (114/130).

**Razões recursais:** Em sede de preliminar pugna pela concessão da gratuidade de justiça. Argumenta ter demonstrado a abusividade contratual, pelo que reitera os pedidos da peça exordial, com o fim de obter a declaração de nulidade das cláusulas indevidas, unilateralmente fixadas. Requer, também, que seja permitida a continuidade dos depósitos das prestações vincendas.

**Contra-razões:** Às fls. 134/141, requerendo o desprovimento do apelo.

**É o que importa relatar.**

**À Douta Revisão.**

Recife, 31 de outubro de 2012.

**Des. José Carlos Patriota Malta**  
Relator



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0288873-3**

**APELANTE: ALMIR JOSÉ DOS SANTOS**

**ADV: MÁRCIA ÁUREA SILVA LIMA PE032420D**

**APELADO: BANCO BV LEASING – ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A**

**ADV: ELIZETE APARECIDA O. SCATIGNA PE001117A**

**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**VOTO DO RELATOR**

Inicialmente, defiro o pedido de justiça gratuita postulado pela parte autora/apelante. Sendo oportuno explicitar o posicionamento do STJ sobre o tema:

**PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. ÔNUS DA PARTE ADVERSA .** 1. Para a obtenção do benefício da assistência judiciária gratuita é suficiente a simples afirmação do interessado de ser necessitado na forma da lei. 2. A declaração assim prestada firma em favor do requerente a presunção relativa de pobreza, cabendo à parte adversa o ônus de provar a inexistência ou o desaparecimento do estado de miserabilidade. *Precedente: AgRg no MS 15.282/DF, Rel. Min. Castro Meira, Primeira Seção, DJe 2.9.2010.* 3. *Recurso especial provido. (REsp 1199970/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/10/2010, DJe 25/10/2010)*

Acerca do tema em análise, cumpre-me, mais uma vez, externar que o Superior Tribunal de Justiça, com supedâneo do artigo 543-C do Código de Processo Civil e considerando a multiplicidade de recursos relacionados a direito bancário, especialmente no que diz respeito a *i)* juros remuneratórios, *ii)* capitalização de juros, *iii)* mora, *iv)* comissão de permanência, *v)* inscrição do nome do devedor em cadastros de proteção ao crédito e *vi)* disposições de ofício no âmbito de julgamento da apelação acerca de questões não devolvidas ao Tribunal, instaurou incidente de processo repetitivo, sendo escolhido, como representativo, o Recurso Especial nº 1.061.530/RS.

No julgamento mencionado ficou consignado que as instituições financeiras não se sujeitam à limitação de juros remuneratórios imposta pelo Decreto nº 22.626/33 -Lei da Usura -, orientação esta que também encontra respaldo no Supremo Tribunal Federal, consoante se depreende da **Súmula 596**:

**"As disposições do Decreto n. 22.626/1933 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas**



**Tribunal de Justiça de Pernambuco  
6ª. Câmara Cível  
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

---

**operações realizadas por instituições públicas ou privadas  
que integram o sistema financeiro nacional".**

Em razão disso, a revisão pelo Poder Judiciário da cláusula que estabeleça juros remuneratórios somente deve ocorrer em situações reguladas pelo Código de Defesa do Consumidor e evidentemente abusivas, o que se mede em cada caso específico.

Relativamente ao regime da capitalização dos juros, admite-se a capitalização mensal dos juros quando o contrato for posterior à Medida Provisória nº 1.963-17, de 30 de março de 2000, sucessivamente reeditada até a Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, em vigor pelo artigo 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001.

Cita-se o seguinte precedente jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado:

**"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. POSSIBILIDADE. MP 2170-36. PRECEDENTES. Possível, nos contratos celebrados após 31.03.2000, a pactuação de juros capitalizados em período inferior a um ano, conforme entendimento firmado no julgamento do REsp. n. 602.068/RS. Embargos de divergência conhecidos e providos. (EResp 598.155/RS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22.06.2005, DJ 31.08.2005 p. 175)"**

O contrato discutido no caso é posterior à medida provisória em referência, sendo, portanto, admitida a capitalização de juros mensal.

Vale ressaltar, ainda, que o **"spread bancário"** não se confunde com os lucros dos bancos, sendo que da diferença entre as taxas de captação e as finais são ainda deduzidas despesas operacionais, as quais dizem respeito à organização interna das instituições financeiras. E, sobre o percentual de inadimplência, considerado no cálculo do **"spread bancário"**, o mesmo é **inerente à atividade lucrativa dos bancos**.

Com efeito, não há parâmetro melhor para aferição da abusividade do que a prática do mercado financeiro. Nesse sentido, com muita propriedade, o Ministro Ari Pargendler, em voto proferido no julgamento do Recurso Especial nº 271.214/RS, salientou:

*"[...] evidentemente, pode-se, em casos concretos reconhecer a existência de juros abusivos. Por exemplo, no Agravo de Instrumento nº 388.622, MG, tive ocasião de decidir que, 'se o*



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

acórdão, confortado por laudo pericial, dá conta de que os juros praticados na espécie excediam em quase 50% à taxa média de mercado, não há como fugir da conclusão de que são, mesmo, abusivos' (DJ 10.08.2001). O tema, com certeza, é complexo, porque o risco de cada operação influi na respectiva taxa de juros. Mas o peso desse componente, e de outros, no custo do empréstimo deve, então, caso a caso, ser justificado pela instituição financeira, o juiz saberá decidir as controvérsias a propósito, se respeitar a racionalidade econômica, representada pelo mercado" (STJ. REsp 271.214/RS. Segunda Seção. Relator Ministro Pádua Ribeiro. Publicação DJ de 04.08.2003).

Sobre a **comissão de permanência**, vale explicitar o seguinte:

"A comissão de permanência, calculada pela taxa média dos juros de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil e tendo como limite máximo a taxa do contrato (Súmula 294/STJ), é devida para o período de inadimplência, desde que não cumulada com correção monetária (Súmula 30/STJ), juros remuneratórios, moratórios ou multa contratual." ( AgRg no REsp 1065947/MS - Rel. Min. Fernando Gonçalves -j. 25/11/2008 - DJ 09/12/2008).

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. TAXA SEM PREVISÃO CONTRATUAL. UTILIZAÇÃO DA TAXA MÉDIA DE MERCADO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. CUMULAÇÃO COM OS DEMAIS ENCARGOS MORATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE. 1.- A Segunda Seção desta Corte, no julgamento do REsp 715.894/PR, Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, decidiu que, nos contratos de mútuo, reconhece-se a potestatividade da cláusula que prevê a incidência dos juros sobre o débito contraído sem fixar o respectivo percentual, e que, nessas hipóteses, os juros remuneratórios deverão ser fixados à taxa média praticada pelo mercado em operações da espécie, apurados pelo Banco Central do Brasil. 2.- É admitida a cobrança da comissão de permanência no período da inadimplência nos contratos bancários, à taxa de mercado, desde que (i) pactuada, (ii) cobrada de forma exclusiva - ou seja, não cumulada com outros encargos moratórios, remuneratórios ou correção monetária - e (iii) que não supere a soma dos seguintes encargos: taxa de juros remuneratórios pactuada para a vigência do contrato; juros de mora; e multa contratual. 3.- Agravo Regimental improvido. (AgRg no Ag



**Tribunal de Justiça de Pernambuco  
6ª. Câmara Cível  
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

**1410175/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/09/2011, DJe 04/10/2011)**

No caso em análise, portanto, a cobrança da comissão de permanência é perfeitamente possível, desde que calculada pela taxa média do mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada, porém, à taxa contratada e, ainda, desde que cobrada isoladamente, afastando, por consequência, sua cumulação com a correção monetária (Súmula n. 30/STJ), juros remuneratórios, moratórios ou multa contratual.

Complementando esse raciocínio, a Ministra Nancy Andrichi, no julgamento do já citado Recurso Especial nº 1.061.530/RS, teceu os seguintes comentários:

*"A taxa média apresenta vantagens porque é calculada segundo as informações prestadas por diversas instituições financeiras e, por isso, representa as forças do mercado. Ademais, traz embutida em si o custo médio das instituições financeiras e seu lucro médio, ou seja, um 'spread' médio. É certo, ainda, que o cálculo da taxa média não é completo, na medida em que não abrange todas as modalidades de concessão de crédito, mas, sem dúvida, presta-se como parâmetro de tendência das taxas de juros. Assim, dentro do universo regulatório atual, a taxa média constitui o melhor parâmetro para a elaboração de um juízo sobre abusividade".*

Assevero que a pretensão da parte autora/apelada, com relação à redução dos valores pactuados, não pode ser alcançada perante o atual ordenamento jurídico, uma vez que no Brasil a taxa de juros reais é livre, regulada pelas contingências do mercado financeiro e a saúde econômica do país.

À vista destes recentes julgados, conclui-se que a abusividade da cobrança das taxas somente se revela quando a instituição financeira utiliza o direito de cobrá-las e supervaloriza os custos administrativos da operação, agindo de maneira ardilosa para distorcer a finalidade dessas taxas e assim obter lucros exorbitantes.

No caso concreto, da análise do contrato, constato não ser possível perceber, de forma objetiva e cabal, qualquer vantagem exagerada, obtida por parte da instituição financeira, capaz de resultar em desequilíbrio que justifique a intervenção do Judiciário.

Em poucas linhas delineio a situação fática, a parte recorrente adquiriu um contrato de financiamento de veículo, aceitando as condições de pagamento, somente se queixando da taxa de juros e demais condições contratuais após a efetivação do negócio e, não se desincumbindo, todavia, do seu ônus de demonstração da existência de abusividade no caso concreto.



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

É bem verdade que se trata de contrato de adesão, cujas cláusulas são colocadas de forma a impedir eventual discussão. Todavia, o consumidor tem a alternativa do livre-arbítrio, de modo que, em tendo ciência da onerosidade da prestação no momento em que contratou a aquisição do bem, poderia simplesmente optar por não celebrar o contrato, o que nenhum mal lhe faria.

**Assim, ante todo o exposto, MEU VOTO É PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO, apenas para deferir o benefício da Justiça gratuita pleiteado, ficando sobrestada a condenação em custas judiciais e honorários advocatícios, de acordo com o art. 12 da Lei nº 1.060/50, mantendo-se, no mais, a sentença.**

**É COMO VOTO.**

— Recebido, 19/03/2013.  
*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

---

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0288873-3**

**APELANTE: ALMIR JOSÉ DOS SANTOS**

**APELADO: BANCO BV LEASING – ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**REVISOR: DES. EDUARDO AUGUSTO PAURÁ PERES**

**VOTO-REVISÃO**

Ative-me atentamente ao voto proferido pelo Nobre Relator e, quando do envio dos presentes autos à minha revisão, fiz pontuais apontamentos sobre a matéria.

E em face do esgotamento do assunto em seu voto e da fundamentação expendida, acompanho o Relator, sem mais considerações a serem feitas.

**É COMO VOTO.**

Recife, 19 de março

de 2013.

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Revisor